



SOBRE ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE DE IMIGRANTES ALEMÃES EM SALVADOR.

Autor: Evandro Rabello¹

Resumo:

Abordagem etnográfica sobre a comunidade de imigrantes alemães e seus descendentes na cidade de Salvador. O trabalho investiga as formas de estabelecimento, inserção e interação dos membros da comunidade em questão na sociedade soteropolitana, seus mecanismos de preservação e valorização da etnicidade neste contexto urbano e diversificado desde a segunda década do século XIX. O autor se aproxima da questão da imigração não apenas, mas inclusive, pela via histórica da presença destes imigrantes e de suas instituições em Salvador e coteja estes registros com bibliografia relevante sobre o tema da imigração germânica no Brasil.

Palavras-chave: alemães, Salvador, etnicidade, instituições.

Introdução

A partir de 1818, com a fundação da colônia D. Leopoldina no sudeste do estado da Bahia, uma história distinta e particular começava a ser contada na história baiana: os primeiros contingentes alemães eram oficialmente estabelecidos em território brasileiro, caracterizando os esforços iniciais do Império em atrair imigrantes europeus para o país. Outros contingentes chegaram durante os anos seguintes, num processo que, com maior ou menor intensidade, continuou até as primeiras décadas do século XX.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
E-mail: evandrorabello@hotmail.com

A literatura disponível sobre o tema nos dá conta de que o empreendimento de atrair imigrantes alemães para o estado da Bahia tornou-se possível a partir do casamento do futuro imperador D. Pedro I com arquiduquesa austríaca D. Leopoldina, incentivadora dos principais entusiastas da idéia, alemães que estiveram no Brasil ainda antes de sua chegada. No entanto, na análise de autores como Jürgen Schneider (1974:78), da Universidade de Erlangen-Nürnberg, estes assentamentos não caracterizariam genuína colonização alemã, uma vez que neles contava-se com mão-de-obra escrava para sua manutenção e desenvolvimento.

O texto de Frederico Edelweiss, publicado em 1970, nos relata exemplos diversos de que os imigrantes germânicos na Bahia, ainda que em número relativamente reduzido, haviam conseguido estabelecer importantes núcleos de conservação e disseminação de sua cultura de origem: agremiações, escolas, comunidades religiosas, que teriam tornado possível identificar objetivamente a influência desta cultura em segmentos diversos da sociedade baiana. A leitura do texto de Edelweiss nos leva a crer que o período compreendido entre 1871 e 1914 representaria o apogeu da colônia alemã na Bahia, no qual se verificaria uma mais significativa presença e atuação destes imigrantes no cotidiano do estado, sobretudo no início do século XX e em localidades urbanas.

Este capítulo da história da Bahia fala de uma presença que se caracterizou por períodos de certa descontinuidade, demarcando momentos diferentes da participação dos imigrantes na sociedade baiana. Do modelo colonizador rural, até o estabelecimento essencialmente urbano ocorrido no decorrer do século XX, passando pela notória atuação no setor fumageiro do recôncavo, os alemães têm feito parte da história da Bahia. Se não com a intensidade verificada em outros estados brasileiros, decerto têm mantido sua contribuição em setores importantes da cultura e da economia do estado. Essencialmente distintas das colônias implantadas no sul do Brasil, estas comunidades parecem ter deixado seus traços culturais que, mesmo passadas décadas, tornaram ainda possível identificar impressões permanentes da cultura destes imigrantes na vida local até os dias presentes.

O aprofundamento de informações que elucidem novos dados sobre a trajetória germânica no estado, a tentativa de estabelecer relações entre os diferentes períodos de imigração e os possíveis diálogos travados com a cultura baiana, constituem-se em fatores de fundamental importância ao desenvolvimento trabalho. Através do percurso de re-visitação aos registros históricos, pretende-se chegar à compreensão de como se tem

constituído a organização dos grupos de alemães e seus descendentes para a preservação de seus laços entre si e com sua cultura de origem desde o início da anteriormente mencionada trajetória.

Alemães em Salvador: trajetória e persistência.

A produção teórica e a pesquisa acadêmica desenvolvidas até o momento, têm abordado aspectos históricos inestimáveis para a compreensão do processo imigratório alemão para a Bahia. Há registros que informam a existência, desde o século XIX, de associações, clubes, escolas e comunidades religiosas² formadas com o objetivo de, não apenas reunir indivíduos, mas possivelmente preservar a essência do *ethos* alemão no novo espaço em que se estabeleceram.

A trajetória da colônia alemã da Bahia confunde-se ainda com a presença de outros grupos étnicos europeus aqui estabelecidos, principalmente suíços, austríacos e ingleses, os primeiros e os últimos tendo marcado de forma igualmente notável sua presença no estado da Bahia. O estabelecimento de inter-relações entre estes grupos constitui-se, do mesmo modo, em objeto de investigação mais aprofundada, pois somente as presumíveis afinidades culturais, lingüísticas e religiosas, não determinariam, necessariamente, a convivência estreita entre eles no novo espaço que ocupam. A Associação do Cemitério dos Estrangeiros e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, que reuniam desde sua fundação, predominantemente, alemães e suíços, revelam ao longo de sua existência, a tendência de agregação de elementos de outras regiões da Europa baseada em motivações religiosas. Possivelmente esta postura apontaria para uma forma de promover, mesmo que por meios indiretos, a integração com indivíduos cujos traços seriam menos contrastantes do que aqueles característicos da população local.

Tomando como ponto de partida informações desta natureza, parece ser possível estabelecer uma análise mais aprofundada da presença germânica na Bahia sob aspectos históricos, sociais e culturais. Se tomarmos como exemplo o que ocorreu em outros estados brasileiros, a colônia alemã na Bahia difere bastante, em princípio - e especialmente a partir

² Cf. MENEZES, Albene Miriam Ferreira. *Os alemães, uma presença secular*. Revista da Bahia, nº16, p. 33-39. mar.- maio 1990.

da segunda metade do século XIX - do característico genérico observado na colonização do sul do país, onde predominou a cultura agrária e a marcante tendência ao acentuado isolamento cultural. Portanto, a investigação sobre o tema conduz à oportunidade de esclarecer, através da pesquisa acadêmica, eventuais tópicos de potencial relevância não abordados até o momento e que auxiliem no entendimento do papel da cultura alemã na constituição da sociedade baiana, em especial, na cidade de Salvador.

Considerações teóricas sobre cultura e etnia

O estudo de grupos étnicos, sobretudo aqueles que compõem comunidades minoritárias em contextos nacionais relativamente homogêneos - considerando território e cultura, em especial -, freqüentemente expõe aspectos divergentes aos pesquisadores que a elas se dedicam. Sobre tais relações comunitárias étnicas é possível ponderar sobre que elementos seriam constitutivos dessas comunidades. Weber (1994) nos fala, inicialmente, da “pertinência à raça”, que conduziria ao sentido de “comunidade” e a esclarece como:

“(…) sentida subjetivamente como característica comum, o que ocorre apenas quando a vizinhança local ou outros vínculos entre pessoas de raças distintas levam a uma ação (na maioria das vezes, política), ou quando, ao contrário, certo destino comum dos racialmente homogêneos se liga a um contraste existente com outros de características acentuadamente distintas” (WEBER. M., 1994, p.267).

Contudo, além do conceito de raça, sob diversos ângulos, polêmico, - e freqüentemente utilizado de forma inadequada ao abordar estudos étnicos - o cientista social alemão acerca-se de outros elementos para auxiliar no entendimento de comunidades étnicas:

“Sem dúvida, nem toda crença na afinidade de origem baseia-se na igualdade dos costumes e do hábito. Mas, apesar das grandes divergências neste campo, semelhante crença pode existir e desenvolver uma força criadora de comunidade, quando apoiada na lembrança de uma migração real: de uma colonização ou emigração individual” (WEBER. M., 1994, p.267).

De maneira similar, o antropólogo Emílio Willems (1940), em *Assimilação e populações marginais no Brasil*, nos apresenta conceitos fundamentais, que durante ao menos três décadas referenciaram o entendimento da conformação de indivíduos adventícios germânicos na sociedade nativa ao afirmar que:

“(…) assimilação e aculturação são aspectos diversos de um processo único. Com relação à esfera social falamos em assimilação, enquanto que as mudanças verificadas na esfera cultural levam o nome de aculturação. Portanto, não pode haver assimilação sem haver, ao mesmo tempo, aculturação ou vice-versa” (WILLEMS, E., 1940, p.17).

Ainda sobre a assimilação, Willems (1940:6) apresenta como condição para a realização deste processo “a disposição de mudar de vida”, que estaria sujeita a “escolha de elementos culturais” correspondentes a desejos preexistentes dos imigrantes. Por outro lado, o autor também menciona o fato de que elementos tais como: padrões de habitação, vestuário, alimentação, trabalho, recreação etc., sistematicamente precisam ser abandonados diante de diferenças identificadas no meio físico. E, embora não correspondam a “atitudes prévias”, mudanças impostas aos grupos em questão afetam profundamente os hábitos individuais e costumes da comunidade.

A respeito do que se possa observar sobre uma relativamente pouco notada presença germânica na Bahia, o autor nos lembra: “Para constituir uma sociologia completa da assimilação das populações de origem germânica, necessário seria elaborar uma monografia de cada núcleo ou cada região, pois todos eles tiveram um desenvolvimento individual com diferenças bastante pronunciadas.” (*Idem* p.79). Permitindo entrever, desta forma, a possibilidade real de análise do tema, sob a perspectiva histórica e sociocultural dos grupos estabelecidos no estado da Bahia a partir do século XIX.

Weber (1994) nos esclarece em seu clássico, *Economia e Sociedade - Volume 1*, que no processo de adaptação dos imigrantes persiste o “sentimento de apego à terra natal”, ainda que estes indivíduos estejam completamente adaptados ao novo ambiente, embora lhes pareça ser “insuportável” a possibilidade de um retorno ao lugar de origem. Vai além ao afirmar: “Nas colônias, a relação interna dos colonizadores para com o país de origem sobrevive até a fortes misturas com os habitantes locais e a consideráveis modificações tanto no patrimônio tradicional quanto do tipo hereditário” (WEBER, 1994:270).

Em sua extensa obra sobre a imigração alemã para o Brasil, *A aculturação dos alemães no Brasil*, Willems (1980) menciona outros conceitos que nos ajudam a compreender o processo de adaptação dos imigrantes germânicos através de construções de relações que, em maior ou menor medida de consciência, os situa nos novos espaços sociais nativos, citando o processo de “socialização” como se segue:

“(...) o significado emocional que os valores culturais possuem para os componentes de qualquer sociedade não só aumenta a probabilidade de um sistema social funcionar com um mínimo de atritos internos, mas também representa uma defesa externa relativamente suficiente na hipótese de ocorrerem contatos com sociedades culturalmente diferentes” (WILLEMS, E., 1980, p.4).

No entanto, cabe observar que embora as teses sobre aculturação e assimilação apresentadas por Willems - sob evidente influência da antropologia cultural norte-americana -, tenham se tornado referências fundamentais para pesquisadores do tema da imigração no Brasil, a reorientação produzida nos estudos interétnicos nas décadas de 60 e 70 levou à adoção de conceitos mais amplos e atualizados, como os de identidade étnica, grupo étnico e processo de articulação étnica. Livres da idéia de quase inevitabilidade da assimilação completa de etnias adventícias pela sociedade envolvente, estes conceitos configuram-se em “dimensões mais estratégicas” para a melhor compreensão do fenômeno das relações interétnicas³.

A abordagem predominante na reorientação teórica anteriormente mencionada foi influenciada pela obra de Eisenstadt (1954) e reforçada pelos pertinentes trabalhos de Barth, Cohen Glazer, Moynihan, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart, Thomas Erikson publicados a partir da década de 1960. A questão da socialização (já introduzida no trabalho de Willems) ganha espaço, porém com enfoque maior na absorção como mudança social com possibilidades integrativas e desintegrativas, destacando-se a ascensão social como mecanismo motivador da aculturação e da integração do imigrante na sociedade abrangente. Sob esta ótica, constituir-se-ia uma estrutura pluralista em que emergem identidades separadas correspondendo a papéis universais da sociedade receptora e papéis especiais particulares ao seu grupo⁴, auxiliando na configuração uma análise orientada para os conceitos mais recentes de identidade e etnicidade aplicados em contextos multiculturais e multiétnicos. Se a eficácia dos conceitos adotados por Willems, em certa medida, pode ser posta em questão, isso não significa que sua relevância não persista no âmbito dos estudos sobre imigração. A natureza das questões envolvidas nesse fenômeno encerra em si mesma uma diversidade de aspectos que não se prestam a uma tentativa de redução, isto é, como

³ Cf. SEYFERTH, Giralda. A Imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das Ciências Sociais. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, p. 19, 2004.

⁴ Idem, loc. cit., p.19

outras questões investigadas pelas ciências sociais, os aspectos envolvidos na imigração resistem a conceitos totalizantes⁵.

A opinião comum de pesquisadores do tema identifica, no caso específico dos imigrantes de origem germânica, a tendência ao “insulamento”, sobretudo nos contextos rurais. Porém, nos exemplos em que o estabelecimento se dá em zonas urbanas, contexto essencial do estudo aqui proposto, o processo verificado constitui-se outro: “(...) esta imigração não era orientada e nunca conduziria a maior concentração num determinado momento, a adaptação destes imigrantes ao mundo brasileiro assumiu a forma de um processo individual e não de um processo coletivo” (SCHRADER, A.1968:24).

Segundo Seyferth (1999), os alemães de inserção urbana tenderiam ao associativismo entre seus iguais, ou ao menos aqueles assim definidos na categoria de elemento germânico. Vejamos o que nos diz a pesquisadora: “O termo colônia, nesse contexto (urbano), tem significado sociológico bem preciso: remete à organização comunitária dos imigrantes, num sentido de pertencimento étnico” (SEYFERTH, G.1999:285).

Interessante, ainda, a menção à existência de uma variável basilar para a análise do processo de estabelecimento das relações entre alemães e seus descendentes no seio da sociedade local que, no caso da Bahia, em particular de Salvador no período da Primeira República (1889-1930), distinguir-se-ia de outras comunidades germânicas predominantemente agrárias constituídas no Brasil desde os primórdios da colonização. Sobre esta época nos relata o professor Jeferson Bacelar em seu trabalho sobre os imigrantes galegos na Bahia: “(..) e tantos outros, alguns *alemães*, ingleses e suíços, fazem o *gran-monde*, a elite identificada como branca, civilizada, cosmopolita (...)” (BACELAR, J. 1994:22).

Às características peculiares já mencionadas anteriormente e que ajudam a definir a imigração para a Bahia como um processo diverso das demais regiões do país que receberam contingentes alemães, soma-se aos relatos de Edelweiss (1970) de que a maioria dos indivíduos aportados na Bahia, em particular em Salvador, tinham as mais diversas profissões: artesãos, negociantes, industriais, profissionais liberais. Este fato teria, senão eliminado, ao menos atenuado os efeitos da ideologia étnica da comunidade, permitindo a adaptação com menor grau de resistência à sociedade local e estabelecendo, deste modo,

⁵ Idem, loc. cit., p. 23

um traço marcante da imigração alemã para a Bahia desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Sendo a cultura – conceito abrangente, multifacetado e desde sempre fonte de longos debates – elemento primordial deste projeto, parece pertinente referir aqui uma definição que oferece outras possibilidades de reflexão sobre este conceito: a essência semiótica da cultura. Geertz (1978) propõe uma abordagem interpretativa, levando em conta sistemas de símbolos e as “teias de significados” tecidas pelo homem. Etnicidade, ideologia e identidade étnicas, além de representados por elementos constitutivos diretos (organização social, econômica, objetos materiais), também o são por aspectos outros que agregam, justificam e reforçam as crenças em tradições culturais construídas pelo grupo étnico. A simbologia que permite fundamentar tais concepções exerce papel preponderante nesses processos de construção, sendo lícito assumir que a substância da identidade cultural ou étnica origina-se destas “teias de significados” do que propriamente de traços culturais distintivos e aparentes.

Referências Bibliográficas

- BACELAR, Jeferson. *Galegos no paraíso racial*. Salvador, Ianamá / CEAO / CED, 1994.
- COHEN, Abner. *Custom and politics in urban África*. London, Routledge e Kegan Paul, 1969.
- DIÉGUES JR., Manuel; QUINTELA, Maria Madalena Diegues. *Os alemães no Brasil: tentativa de estudo da bibliografia existente*. In: Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, 2., Recife, 1968. P. 553-589.
- EDELWEISS, Frederico G. *A secular presença da Alemanha na Bahia*. Anais do APEB, nº 39, 1970.
- EISENSTADT, S. N. *The absorption of immigrants*. Londres, Routledge e Kegan Paul, 1969.
- FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Nós e a Europa germânica*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora Bra – Deutsch, 1974.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

HUNSCHE, Carlos H. *Presença e integração construtiva do elemento germânico*. In: Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, 3., Porto Alegre, 14-18 out. 1974. P. 503-508.

MENEZES, Albene Miriam Ferreira. *Os alemães, uma presença secular*. Revista da Bahia, nº16, p. 33-39. mar.-maio 1990.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Trad. Elcio Fernandes. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

OBERACKER JR., Karl Heinz. *Der deutsche Beitrag zum Aufbau der brasilianischen Nation*. 3. ed. – São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1978.

SCHADEN, Egon. *O estudo sócio-antropológico da aculturação dos alemães no Brasil*. In: Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, 2., Recife, 1968. P. 153-169.

SCHNEIDER, Jürgen. *Emigração alemã para o Brasil – 1815/1870*. In: Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, 3., Porto Alegre, 14-18 out. 1974. P. 77-106.

SCHRADER, Achim. *Êxitos da aculturação urbana e rural dos imigrantes de origem alemã e dos seus descendentes no sul do Brasil*. In: Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, 2., Recife, 1968. P. 13-37.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

_____. *A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito*. In: FAUSTO, Boris. (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 274-311.

_____. *A Imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das Ciências Sociais*. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, p. 19, 2004.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* / Max Weber; Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, Vol.1. 3. ed. – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.